RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL

Governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha

Vice-Governador do Distrito Federal Celina Leão Hizim Ferreira

Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal Raquel Galvão Rodrigues da Silva

Diretor de Previdência Paulo Henrique de Sousa Ferreira

Diretora de Governança, Projetos e Compliance Sylvia Neves Alves

Diretor Jurídico Luiz Gustavo Barreira Muglia

Diretor de Investimentos Thiago Mendes Rodrigues

Diretora de Administração e Finanças Célia Maria Ribeiro de Sales

Ouvidoria

Régia Marisol Hosana Silva Fernandes Eric Leonardo Santana Amim Rodrigues

Unidade de Comunicação Social Jucélio Duarte Ponciano

Diagramação Irací da Silva Zorante

SUMÁRIO

1. Introdução	5
2. Normas Aplicadas	5
3. Base de Dados	6
3.1. Qualificação do banco de dados	6
3.2. Estatísticas das Inconsistências	7
3.2.1. Servidores ativos	7
3.2.2. Aposentados	8
3.2.3. Pensionistas	8
4. Métodos Atuariais Adotados	8
4.1. Regimes Financeiros	9
4.1.1. Fundo Financeiro	9
4.1.2. Fundo Previdenciário	9
4.2. Premissa e Hipóteses Atuariais	9
5. Evolução Atuarial	10
5.1. Resultado Atuarial	11
5.1.2. Plano Previdenciário	11
5.1.3. Plano Financeiro	12
5.2. Evolução Quantitativa da Massa Segurada	13
5.3. Custo Previdenciário	14
5.4. Comparativo de Receitas e Despesas - Estimadas e Executadas	15

5.4.1. Plano Previdenciário	15
5.4.2. Plano Financeiro	16
6. Considerações Finais	16

1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão Atuarial tem como propósito assegurar maior transparência, credibilidade, organização e acesso às informações, proporcionando ao Gestor Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) a capacidade de, em conformidade com as práticas de boa Governança Corporativa que orientam a Previdência Social, acompanhar anualmente a análise comparativao qual abrange as informações contidas nas Reavaliações Atuariais dos últimos três exercícios, além de oferecer um comparativo entre a evolução das receitas e despesas estimadas e realizadas.

Para a elaboração deste relatório, foram empregados os resultados obtidos nos Demonstrativos do Relatório de Reavaliação Atuarial (DRAA) referentes aos exercícios de 2020 e 2022, que foram enviados à Secretaria da Previdência. Esse processo visa fornecer uma visão abrangente do desempenho e das projeções do RPPS, possibilitando uma gestão mais informada e eficaz, alinhada aos princípios de responsabilidade e transparência na administração previdenciária.

2. NORMAS APLICADAS

As Reavaliações Atuariais são conduzidas em estrita conformidade com as normativas previdenciárias estabelecidas pela Constituição Federal, bem como por outras leis infraconstitucionais, resoluções e portarias do Ministério do Trabalho e da Previdência Social - MTP que são aplicáveis ao tema no momento de sua realização.

É crucial destacar que, para o ano de 2022 ocorreu uma mudança significativa com a aprovação da Portaria do Ministério do Trabalho e da Previdência Social - MTP 1.467/2022. Essa portaria revogou várias resoluções, normas e outras portarias, se tornando um marco de referência para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). As alterações introduzidas por esta portaria proporcionaram uma orientação mais clara e transparente para os RPPS, tendo um impacto substancial nos resultados atuariais a serem demonstrados.

Essa evolução normativa não apenas reflete a adaptação contínua do arcabouço regulatório, mas também ressalta a importância de considerar atentamente essas mudanças ao conduzir as Reavaliações Atuariais, uma vez que influenciam diretamente nos resultados e na gestão dos RPPS.

3. BASE DE DADOS

As bases de dados utilizadas no DRAA são posicionadas entre setembro e dezembro do ano base de cada demonstrativo. Referente aos dados da execução orçamentária, as receitas e as despesas estimadas e executadas estão consideradas no exercício em análise.

A massa de segurados está segregada em 2 planos com data de corte em 26 de fevereiro de 2019, sendo:

Plano Financeiro para servidores entrantes até a data de corte, fundo fechado, com tendência ao envelhecimento e diminuição da massa de segurada ao longo do tempo.

Plano Previdenciário para servidores entrantes após a data de corte, fundo aberto, com tendência ao aumento da massa segurada ao longo do tempo.

Os dois planos, correspondem à totalidade de servidores públicos ocupantes de cargos efetivos, de inativos e de pensionistas.

3.1. QUALIFICAÇÃO DO BANCO DE DADOS

A base cadastral representa o repositório abrangente que engloba todas as informações pertinentes aos participantes, sejam eles ativos ou assistidos. Esses dados incluem elementos como data de nascimento, admissão e início de benefício, além de informações como sexo, estado civil, número de dependentes, tempo de contribuição ao RGPS, valor salarial, valor do benefício, composição familiar, entre outros.

A qualidade de uma base cadastral consistente é crucial para obter resultados atuariais que se aproximem da realidade do sistema em questão. O oposto também é verdadeiro: uma base de dados deficiente e inconsistente introduz vieses na análise, requerendo a aplicação de hipóteses conservadoras. Isso, por sua vez, resulta em aumentos nos custos do sistema, ressaltando a importância de uma base cadastral sólida e confiável para a gestão eficaz.

As características da população envolvida em uma análise atuarial, como idade atual, tempo de contribuição, valor da remuneração, sexo, entre outras, desempenham um papel fundamental na determinação dos resultados apresentados no estudo. A combinação dessas variáveis estatísticas com as garantias constitucionais e legais concedidas aos servidores públicos podem resultar no aumento dos custos previdenciários. Isso é especialmente evidente devido a fatores como:

- Longevidade e Tempo de Contribuição: se a população possui uma expectativa de vida mais longa e, ao mesmo tempo, um tempo de contribuição significativo, os pagamentos de benefícios previdenciários podem se estender por um período mais extenso, impactando os custos.
- Remuneração e Benefícios Garantidos: a relação entre a remuneração dos servidores e os benefícios previdenciários assegurados pode influenciar diretamente os custos. Remunerações mais elevadas, combinadas com benefícios robustos, contribuem para um aumento nas obrigações previdenciárias.
- ➤ Garantias e Direitos Estabelecidos: as garantias legais e constitucionais conferidas aos servidores, como estabilidade no emprego e benefícios especiais, podem criar pressões adicionais sobre os custos previdenciários, já que essas garantias muitas vezes se refletem nos benefícios concedidos.
- ➤ Discrepâncias de Gênero: diferenças de gênero na população analisada também podem influenciar os resultados atuariais, uma vez que homens e mulheres podem ter padrões de contribuição e expectativas de vida distintos.

Portanto, é crucial considerar essas variáveis e garantias ao conduzir uma análise atuarial, visando uma compreensão abrangente e precisa do impacto financeiro no sistema previdenciário.

Ressalta-se que a base de dados do Iprev possui qualidade satisfatória para a realização do cálculo atuarial, sendo que algumas informações foram estimadas dentro dos princípios atuariais mais conservadores. O banco de dados cadastral foi analisado e as inconsistências encontradas foram corrigidas.

As inconsistências e as respectivas premissas adotadas estão distribuídas conforme gráficos abaixo.

3.2. ESTATÍSTICA DAS INCONSISTÊNCIAS

3.2.1. SERVIDORES ATIVOS

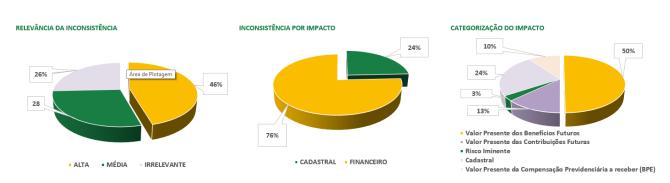


Gráfico 1 - Estatísticas das inconsistências

3.2.2. APOSENTADOS

Gráfico 2 - Estatística das inconsistências



3.2.3. Pensionistas

Gráfico 3 - Estatísticas das inconsistências



4. MÉTODOS ATUARIAIS ADOTADOS

Relatório de Análise de Hipóteses desempenha um papel crucial ao validar, por meio de testes estatísticos e atuariais, as premissas e hipóteses mais apropriadas para a massa segurada. Esse processo é fundamentado nos eventos ocorridos nos últimos cinco anos e é alinhado com as descrições detalhadas na Nota Técnica Atuarial. Vale ressaltar que as premissas e hipóteses estabelecidas permanecem vigentes por até cinco anos.

Anualmente, tanto a Nota Técnica Atuarial quanto o Relatório de Análise de Hipóteses são submetidos a uma avaliação e análise de conformidade pela Secretaria da Previdência Social. Esse procedimento assegura a consistência, transparência e confiabilidade das previsões atuariais, garantindo que a abordagem adotada seja precisa e esteja alinhada com as normativas vigentes. Essa revisão periódica também permite ajustes conforme necessário, proporcionando uma base sólida para a gestão previdenciária ao longo do tempo.

4.1. REGIMES FINANCEIROS

4.1.1. FUNDO FINANCEIRO

O regime atuarial utilizado nas revaliações dos planos dos servidores vinculados no Fundo Financeiro é o Regime de Repartição Simples para todos os benefícios.

O Regime de Repartição Simples se caracteriza pela contemporaneidade entre as receitas e despesas previdenciárias. As alíquotas de contribuição são definidas a cada período de forma a custear integralmente os benefícios pagos no mesmo período. Nesse regime não são constituídas reservas e as receitas auferidas no período são integralmente utilizadas para o pagamento dos benefícios do mesmo período.

4.1.2. FUNDO PREVIDENCIÁRIO

O regime financeiro adotado nas reavaliações atuariais dos planos dos servidores vinculados ao ao Fundo Previdenciário é o de capitalização para todos os benefícios.

O regime de capitalização pressupõe a formação de reservas financeiras de longo prazo, geradas a partir das contribuições do ente público e dos servidores, bem como dos rendimentos financeiros auferidos a partir do investimento em mercado dessas contribuições.

4.2. Premissas e Hipóteses Atuariais

As hipóteses atuariais constituem o conjunto de premissas essenciais na Reavaliações Atuariais, a fim de projetar o comportamento futuro das variáveis relevantes para a quantificação das receitas e despesas previdenciárias do RPPS.

A abrangência das hipóteses atuariais inclui diversas categorias, como:

- ➢ Biométricas: relacionadas às características demográficas da população segurada, como taxas de mortalidade e invalidez. Essas hipóteses ajudam a estimar o número de participantes que podem receber benefícios de aposentadoria ou por incapacidade ao longo do tempo.
- Econômicas: referentes às variáveis econômicas que impactam as finanças do RPPS, como taxas de crescimento salarial, taxas de inflação e outros indicadores econômicos relevantes.

- **Demográficas:** envolvem fatores demográficos, como taxas de natalidade, migração e outros dados populacionais que influenciam a composição da população segurada.
- Financeiras: Relacionadas às taxas de juros e rendimentos financeiros esperados para os investimentos realizados com os recursos do RPPS.

A aplicação consistente dessas premissas em cada exercício permite projeções mais precisas e atualizadas sobre as obrigações futuras do RPPS. A revisão periódica dessas hipóteses é essencial para garantir que estejam alinhadas com as condições econômicas e demográficas em constante mudança, proporcionando uma base sólida para a gestão previdenciária.

Tabela 1 - Tábuas biométricas utilizadas em função do evento gerador

Evento gerador	Tábua
Mortalidade de válidos (fase laborativa)	AT - 2000
Mortalidade de válidos (fase pós-laborativa)	AT - 2000
Entrada em Invalidez	LIGHT MEDIA
Mortalidade de Inválidos	AT - 83
Rotatividade	0,00% ao ano

5. EVOLUÇÃO ATUARIAL

A seguir apresenta-se a evolução atuarial do Iprev-DF nos últimos três exercícios, fornecendo uma visão abrangente da situação financeira e atuarial do sistema. Os principais pontos de análise incluem

- Equilíbrio Financeiro e Atuarial: o acompanhamento da evolução do equilíbrio financeiro e atuarial é crucial para avaliar se as receitas e despesas do RPPS estão alinhadas ao longo do tempo, assegurando a sustentabilidade do sistema.
- Custos por Tipo de Benefício: A análise quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício oferece insights sobre as principais fontes de despesas previdenciárias. Isso pode incluir a aposentadoria por tempo de contribuição, invalidez, pensões, entre outros.
- Comportamento do Custo Previdenciário Total: o entendimento da trajetória do custo previdenciário total é essencial para avaliar se o sistema está operando dentro de limites orçamentários aceitáveis e para identificar áreas que possam exigir ajustes.

Comparativo Receitas e Despesas: a comparação entre as receitas e despesas estimadas e as efetivamente executadas oferece insights valiosos sobre a precisão das projeções, destacando discrepâncias e permitindo ajustes para períodos futuros

Essa análise atuarial abrangente é uma ferramenta essencial para a gestão eficaz do RPPS, permitindo que os gestores tomem decisões de forma a garantir a saúde financeira e atuarial do Instituto ao longo do tempo.

5.1. RESULTADO ATUARIAL

5.1.2. PLANO PREVIDENCIÁRIO

O plano apresentou um notável superávit, conforme indicado no Demonstrativo do Resultado Atuarial (DRAA) de 2023 (ano base 2022), totalizando R\$ 194.780 milhões. Esse resultado representa um incremento significativo de aproximadamente R\$ 1.359 bilhão em relação ao exercício anterior, que registrou um déficit de -R\$ 1.165 bilhão, conforme o DRAA/2022 (ano base 2021).

A expressiva melhoria no resultado atuarial atribui-se, em grande parte, à adequação ao disposto no artigo 39 da Portaria MF 1.467/2022. Este ajuste envolveu a definição da taxa de juros parâmetro a ser utilizada no desconto atuarial. Essa mudança na taxa de juros teve impacto positivo nas projeções atuariais, contribuindo para a transformação do déficit anterior em um superávit.

Essa evolução positiva sugere uma gestão eficaz do plano previdenciário, demonstrando a capacidade de adaptação às regulamentações vigentes e a implementação de medidas que influenciam positivamente a saúde financeira do plano de benefícios. Essas informações são essenciais para a transparência e a tomada de decisões informadas em relação à gestão previdenciária.

Ante todo o exposto, conclui-se que a situação econômica-atuarial do Plano Previdenciário do Iprev - DF encontra-se de forma equilibrada, abrangendo tanto o aspecto atuarial quanto o financeiro.

Destaca-se o notável crescimento dos ativos garantidores, que aumentaram em 47%, passando de R\$ 213.607 milhões em 2021 para R\$ 454.655 milhões em 2022. Esse aumento substancial dos ativos contribui significativamente para a robustez financeira do plano previdenciário.

Além disso, ao considerar uma arrecadação total de contribuição de R\$ 18.637 milhões e uma despesa de R\$ 23 mil, observa-se um excedente financeiro mensal significativo, de R\$ 18.614 milhões mensais. Esse excedente corresponde a 48% da folha de salários dos servidores ativos, indicando uma margem financeira confortável e uma gestão eficiente do plano.

Esses resultados indicam uma saúde financeira sólida, sugerindo uma gestão eficaz e a implementação de medidas que contribuíram para a sustentabilidade e superavit do sistema.

5.1.3. PLANO FINANCEIRO

Com base nas informações, observa-se uma significativa melhoria na situação atuarial dos servidores vinculados ao Fundo Financeiro. Uma redução no déficit de aproximadamente 55,59% apresentando um resultado de R\$ 149.780 bilhões conforme DRAA/2023 (ano base 2022), ante um déficit de R\$ 336.459 bilhões no DRAA/2022 (ano base 2021), essa redução no déficit é um indicativo positivo em relação à gestão e às medidas adotadas para melhorar a saúde financeira do Fundo Financeiro.

No entanto, é importante mencionar que, considerando uma arrecadação total de contribuição de R\$ 387.697 milhões e uma despesa total de R\$ 703.488 milhões, há um déficit financeiro mensal de R\$ 315 milhões. Ressalta-se que este Fundo não necessita constituir reservas financeiras.

A estratégia para cobrir esse déficit financeiro consiste em arrecadar o valor equivalente às Contribuições Normais, e a diferença entre a receita de contribuição e as despesas com pagamento de benefícios será coberta pelo Distrito Federal até a completa extinção do grupo.

Essa abordagem destaca a necessidade de apoio financeiro adicional para cobrir o déficit, indicando a importância de avaliar continuamente as políticas de financiamento e as estratégias para garantir a sustentabilidade a longo prazo do sistema previdenciário dos servidores.

Na tabela **Evolução do Resultado Atuarial** é possível observar a evolução das Reservas Matemáticas, ativos garantidores vinculados aos planos e seus respectivos resultados atuariais.

Tabela 2 - Evolução do resultado atuarial

	Evolução do Resultado Atuarial			
	DRAA	2023	2022	2021
Plano	Reserva Matemática - Ano Base	2022	2021	2020
.e	Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	2.994.142,06	3.132.552,67	-
ciá	Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	446.698.344,67	1.686.237.075,92	1.027.167.863,55
viden	Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	189.817.551,75	310.745.431,88	251.612.609,67
revi	Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	454.655.413,71	213.607.607,59	78.807.823,16
_	Resultado Atuarial	194.780.478,73	-1.165.016.589,12	- 696.747.430,72
	Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	93.700.786.016,89	149.880.800.449,25	158.132.158.363,27
<u> </u>	Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	65.796.504.554,83	208.751.882.805,56	172.732.343.117,54
Financeiro	Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	9.952.400.131,21	21.978.900.770,96	21.269.397.065,22
l ii	Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	121.118.890,59	194.088.042,18	32.076.855,21
	Resultado Atuarial	-149.423.771.549,92	-336.459.694.441,67	- 309.563.027.560,38

5.2. EVOLUÇÃO QUANTITATIVA DA MASSA SEGURADA

Plano Previdenciário conta com um contingente aproximado de 5581 segurados em atividade e pensionistas.

Em contra partida o Plano Financeiro possui um contingente de aproximadamente 142.995 segurados e beneficiários, conforme o DRAA/2023.

O Iprev - DF, possui um total de 148.570 segurados, distribuído entre ativos, aposentados e pensionistas.

Observa-se que o valor dos salários e benefícios médios, do Plano Previdenciário é inferior ao Plano Financeiro em aproximadamente 40%, há também uma redução de vínculos ao longo 2021/2022 no Plano Financeiro, reflexo da nova estrutura de segregação de massas para servidores, o qual tem data de segregação 26 de fevereiro de 2019.

Tabela 3 - Evolução quantitativa da massa segurada

	Evolução quantitati	va da massa segui	rada	
	DRAA	2023	2022	2021
Plano	Ano Base	2022	2021	2020
	Quantitativo de Segurados			
	Ativos	5575	4.918	3.458
	Inativos	-	-	-
٥	Pensionistas	6	5	-
Previdenciário	Salários e benefícios Médios			
ü	Ativos	6.971,90	5.819,35	5.892,21
/ide	Inativos	-	-	-
Je.	Pensionistas	3.754,46	3.719,04	-
-	Folhas de Salários e Benefícios Médios			
	Ativos	38.868.342,50	28.619.563,30	20.375.262,18
	Inativos	-	-	-
	Pensionistas	22.526,76	18.595,20	-
	Quantitativo de Segurados	2022	2021	2020
	Ativos	70.718	74.883	78.596
	Inativos	59.001	57.470	55.733
	Pensionistas	13.276	12.939	12.449
2	Salários e benefícios Médios	2022	2021	2020
Financeiro	Ativos	9.307,6	8.160,17	8.012,11
nan	Inativos	9.927,6	9.072,39	9.072,39
Ē	Pensionistas	6.940,2	6.081,34	6.081,34
	Folhas de Salários e Benefícios Médios			
	Ativos	658.212.028,08	611.058.010,11	629.719.797,56
	Inativos	585.735.967,56	525.574.644,00	505.631.511,87
	Pensionistas	92.138.626,24	81.655.182,42	75.706.601,66

5.3. Custo Previdenciário

Em relação ao plano de custeio vigente para o Plano Financeiro, ressalta-se que os servidores ativos do Distrito Federal contribuem para o custeio dos benefícios com uma alíquota de 14,00% e 28,00%, respectivamente, sendo a contribuição do ente segmentada em 27,50% para o Custo Normal e 0,50% para a Taxa de Administração.

Ainda, os servidores aposentados e pensionistas contribuem com uma alíquota de 11,00% de 1 salário-mínimo até o valor vigente do teto dos benefícios pagos pelo Regime de Previdência, e 14,00% incidente apenas sobre a parcela dos proventos e pensões que excederem o teto do RGPS.

Em contrapartida as contribuições atualmente vertidas para o Plano Previdenciário, somam 42,00% (14,00% para o servidor e 28,00% para o Distrito Federal). Conforme o método de financiamento adotado na Reavaliação, o Custo Normal foi definido pelas alíquotas determinadas em Lei, recomenda-se manter o patamar contribuitivo atual, além da implementação de um plano de equacionamento para a amortização do Déficit Técnico e prospecção do Equilíbrio Financeiro e Atuarial

Conforme definido na Emenda Constitucional nº. 103/2019, os Estados, Distrito Federal e municípios não poderão praticar alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, salvo na situação de ausência de déficit atuarial, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao INSS. Não obstante, foi estabelecido que não será considerada como ausência de déficit atuarial a implementação de segregação da massa ou a previsão em lei de plano de equacionamento de déficit.

Na tabela **Evolução do custo previdenciário** apresenta-se a evolução dos custos previdenciários, expondo resumidamente, as alíquotas de custos para o financiamento do regime de previdência do Distrito Federal.

Tabela 4 - Evolução do custo previdenciário

Evolução do custo previdenciário				
	DRAA			2021
	Ano Base	2022	2021	2020
Plano	Custo Normal - % sobre Base de Contribuição			
	Aposentadoria Por Invalidez Permanente	4,03	0,16	3,36
áric	Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	18,40	19,84	14,97
Previdenciário	Pensão Por Morte de Servidor em Atividade	1,25	1,06	1,08
vide	Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio	13,11	13,39	17,12
Pre	Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	4,24	4,79	4,45
	Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez	0,47	2,26	0,52
	Aposentadoria Por Invalidez Permanente	1,64	0,05	1,46
9	Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	21,92	20,99	18,21
Cei	Pensão Por Morte de Servidor em Atividade	0,43	0,45	0,44
Financeiro	Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio	12,68	12	14,58
Ē	Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	4,62	6,96	6,43
	Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez	0,21	1,05	0,37

5.4. COMPARATIVO DE RECEITAS E DESPESAS - ESTIMADAS E EXECUTADAS

Vale ressaltar as definições quanto ao equilíbrio financeiro e equilíbrio atuarial a saber:

- I Equilíbrio Financeiro: garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro;
- II Equilíbrio Atuarial: garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo Portanto, a expressão "equilíbrio financeiro e atuarial" é a garantia de que os recursos do RPPS serão suficientes para o pagamento de todas suas obrigações, tanto no curto prazo, a cada exercício financeiro, como no longo prazo, que alcança todo o seu período de existência.

Abaixo, demonstra-se graficamente o comparativo de receitas e despesas estimadas com base nos métodos e hipóteses atuariais para os exercícios analisados e as efetivamente executadas de acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do Governo do Distrito Federal relativo ao 6º bimestre de cada ano de análise.

5.4.1. PLANO PREVIDENCIÁRIO

Observa -se um incremento das receitas estimadas em 2021 em relação as realizadas em 2022 de aproximadamente R\$ 82 milhões, em contrapartida observa-se um decréscimo das despesas estimadas em relação as efetivadas de aproximadamente R\$ 2.243 milhões.

No tocante ao resultado estimado em relação ao realizado, observa-se um incremento em 2021 para 2022 de aproximadamente R\$ 84 milhões, reflexo dos ganhos relativo as receitas e despesas realizadas no período.

Vale ressaltar que o plano previdenciário está em fase inicial com tendência de crescimento exponencial conforme evidencia-se no gráfico abaixo.



Gráfico 4 - Plano Previdenciário

5.4.2. PLANO FINANCEIRO

No Plano Financeiro observa -se um decréscimo das receitas e despesas realizadas em 2022 em relação as estimadas em 2021 de aproximadamente R\$ 1,53 bilhões e R\$ 4,29 bilhões consecutivamente, agregando positivamente no resultado final do plano, em que sofreu um decréscimo do estimado em relação ao realizado de aproximadamente R\$ 3,15 bilhões.

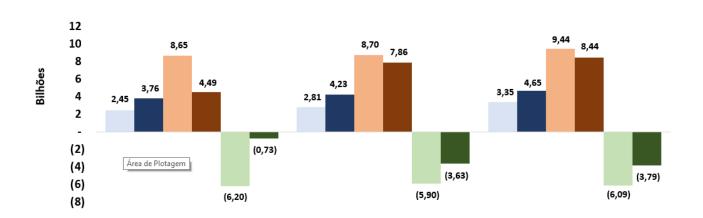


Gráfico 5 - Plano Financeiro

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão atuarial no contexto dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) é um processo voltado para garantir a solvência das obrigações previdenciárias assumidas pelo ente. A solvência do regime é assegurada pela capacidade de alcançar equilíbrio financeiro a cada exercício e de demonstrar equilíbrio financeiro e atuarial a longo prazo para todos os períodos. Nesse sentido, é crucial realizar o acompanhamento dos resultados atuariais, das características da massa segurada e a adequação das estimativas efetuadas.

Certamente, toda modificação no conjunto de normas que regem a concessão de benefícios previdenciários e nas premissas atuariais utilizadas para calcular as obrigações financeiras relacionadas a esses benefícios tem impacto nas estimativas dos passivos atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Da mesma maneira, qualquer alteração na legislação tem efeito direto nos resultados atuariais e orçamentários das obrigações previdenciárias.

O acompanhamento da evolução dos resultados aqui apresentados, estão de acordo com os contextos regulatórios e de legislação vigentes em cada exercício, considerando os aspectos metodológicos e hipóteses atuarias, situações econômicas e financeiras próprias de cada avaliação.

O processo de Avaliação Atuarial adota hipóteses compatíveis com os limites impostos pela Portaria/MF nº 14.467/2022, sendo mensurado por meio de metodologias em conformidade com a regulamentação pertinente e utilizando a técnica atuarial, além da adoção de hipóteses representativas da massa segurada, o dimensionamento do passivo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal (Iprev-DF) é embasado em uma fundamentação técnica robusta.

O cenário delineado nos resultados da avaliação atuarial proporcionam elementos essenciais que auxiliam a gestão na escolha de medidas voltadas para assegurar a solvência do RPPS/DF.

Observação: Fundo constitucional – FCDF e Fundo Solidário Garantidor – FSG não apresentam modelos de estimação das receitas e despesas, por este motivo, não foram considerados no resultado estimado/realizado.

Ressalta-se que, conforme determinação do Acórdão n° 2938, adotado pelo Tribunal de Contas da União em Sessão Extraordinária de 12/12/2018 - Ata n° 50/2018 - Plenário, Relator Ministro José Múcio Monteiro. No referido Acórdão, segue a seguinte:

"9.3. determinar aos Ministério da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que, no prazo de 180 (cento e oitenta dias), realizem em conjunto a mensuração, o reconhecimento e a evidenciação no Balanço Patrimonial da União dos valores relativos ao passivo atuarial dos servidores da Polícia Civil do Distrito Federal e dos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do distrito Federal, conforme previsto no art. 40 da CF/1988, bem como a inclusão no anexo de metas fiscais da LDO, nos termos do inciso IV do § 2º do art. 4 da Lei de Responsabilidade Fiscal."

Desta forma, os militares do Distrito Federal não foram considerados neste estudo, sendo que o respectivo passivo atuarial fora evidenciado no Balanço Patrimonial da União.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL



VISÃO

Ser reconhecido, por beneficiários e contribuintes, pela excelência na gestão previdenciária no Distrito Federal.

VALORES

Integridade, confiabilidade, sustentabilidade e transparência.



MISSÃO

Trabalhar para a construção de um futuro previdenciário seguro a seus beneficiários com o menor impacto possível aos contribuintes.

Conheça mais em www.iprev.df.gov.br

